

AS ORDENS HONORÍFICAS PORTUGUESAS

Portugal orgulha-se de ter uma longa tradição na atribuição pelo Chefe de Estado de recompensas por serviços prestados ao País, revestindo a forma de condecorações.

O sistema sofreu ao longo dos séculos uma natural evolução, tendo algumas das actuais Ordens Honoríficas Portuguesas origem na Idade Média - as antigas ordens monástico militares de Cristo, de Avis e de Santiago da Espada. Estas foram, até à sua extinção em 1834, verdadeiras ordens religiosas criadas nos séculos XII a XIV com a aprovação da Santa Sé e a protecção régia, visando participar na «Reconquista», à qual deram um contributo decisivo.

As ordens monástico militares criadas em Portugal e nos restantes reinos da Península Ibérica (Ordens Militares de Santiago, Calatrava, Montesa e Alcântara) inspiraram-se, por seu turno, nas ordens militares criadas no Reino de Jerusalém no século XI para defesa da Terra Santa - a Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém e a Ordem dos Templários.

No século XIV surgiram também na Europa as ordens de cavalaria, inspiradas também nas anteriores, mas tendo por fim recompensar serviços ou a fidelidade ao Soberano seu instituidor, tendo a natureza de confrarias ou corporações nobiliárquicas de natureza secular mas confessionais e de inspiração cristã.

Sucederam-se no tempo, após a Revolução Francesa, as modernas ordens de mérito inspiradas no princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei e totalmente laicas. O seu modelo foi a *Legião de Honra*, criada em 1802, pelo Primeiro-Cônsul Napoleão Bonaparte. Possuindo vários graus, visavam recompensar o mérito civil ou militar, independentemente do nascimento.

Com o fim da «Reconquista» no território português, as ordens militares sofreram igualmente uma evolução que passou pelo relaxamento dos primitivos votos de pobreza e castidade e pela perda da sua autonomia no século XVI, com a entrega da sua administração à Coroa. O processo culminaria no século XIX, com a extinção das ordens religiosas, que conduziu à sua transformação em ordens de mérito assentes no mérito individual, laicas e puramente honoríficas.

Em 1910, logo após Revolução Republicana, as ordens vigentes sob o deposto regime monárquico foram extintas, tendo no entanto, em 1918 em plena Guerra Mundial, sido restabelecidas como ordens honoríficas ou de mérito, sendo a função de Grão-Mestre atribuída ao Presidente da República.

As Ordens Honoríficas Portuguesas são agrupadas conforme a sua origem ou natureza em:

■ Antigas Ordens Militares:

Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, Cristo, Avis e Santiago da Espada;



■ Ordens Nacionais:

Infante D. Henrique e Liberdade;



■ **Ordens do Mérito Civil:**

Mérito, Instrução Pública e Mérito Agrícola, Comercial e Industrial.



Fotografias · Instituto Geográfico Português

Imagens · Isabel Marto Martins

[página principal](#) > **OHP**

[Versão texto](#)

[Ligações](#)

[Pesquisas](#)

[Mapa](#)

[Créditos](#)

[Avisos legais](#)

2006 © Chancelaria . Presidência da República

ORDENS DE MÉRITO CIVIL

As Ordens de Mérito Civil têm o objectivo de galardoar actos ou serviços meritórios, praticados no exercício de quaisquer funções e prestados numa das seguintes áreas: social, educação, agrícola, comercial ou serviços, e industrial, que mereçam ser especialmente distinguidos.



Deste agrupamento fazem parte as ordens do Mérito, da Instrução Pública e do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial.

A Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial subdivide-se em três classes, com insígnias diferentes:

- Classe do Mérito Agrícola
- Classe do Mérito Comercial
- Classe do Mérito Industrial

As ordens possuem vários graus, que são os seguintes, por ordem ascendente:

- Medalha;
- Oficial;
- Comendador;
- Grande-Oficial;
- Grã-Cruz.

- Ordem do Mérito
- Ordem da Instrução Pública
- Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial

Fotografias • Instituto Geográfico Português
Imagens • Isabel Marto Martins

[página principal](#) > [OHP](#) > **Ordens de Mérito Civil**

ORDENS DE MÉRITO CIVIL

Ordem do Mérito

Data da fundação > 1927 • 1929 • 1976

A Ordem do Mérito resultou da conversão da Ordem da Benemerência, com a reforma de 1976 das ordens honoríficas portuguesas, ficando com âmbito mais alargado e passando os agraciados com esta última, a ser incluídos naquela com todos os direitos e obrigações.



Fins

A Ordem de Mérito tem por finalidade galardoar actos ou serviços meritórios praticados no exercício de quaisquer funções, públicas ou privadas, ou que revelem desinteresse e abnegação em favor da colectividade.

Fotografias • Instituto Geográfico Português

Imagens • Isabel Marto Martins

[página principal](#) > [OHP](#) > [Ordens de Mérito Civil](#)
[Ordem do Mérito](#)

- História
- Descrição da insígnia
- Conferir uma ordem
- Lista de agraciados
- Bibliografia

- Ordem do Mérito
- Ordem da Instrução Pública
- Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial

ORDENS DE MÉRITO CIVIL

Ordem do Mérito

Descrição da insígnia

Distintivo

É formado por uma cruz pátea de braços iguais, de oito pontas, de esmalte azul, filetada de ouro, tendo ao centro um círculo de esmalte azul filetado de ouro, carregado de uma estrela de ouro, contido em coroa circular de esmalte branco, filetada de ouro pelo exterior, com a legenda «Bem merecer», em letras maiúsculas de ouro.

O reverso do distintivo, ao centro e em campo de esmalte azul, tem o escudo nacional circundado da legenda «República Portuguesa», em letras maiúsculas de ouro.

Fita

A fita é tripartida em palas de igual dimensão, a do centro, de amarelo e as laterais, de negro.



- Banda
- Placa

- História
- Descrição da insígnia
- Conferir uma ordem
- Lista de agraciados
- Bibliografia

- Ordem do Mérito
- Ordem da Instrução Pública
- Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial

Para ver o distintivo com mais detalhe, seleccionar a imagem. Na nova janela, para ler a descrição do distintivo passar, com o rato, sobre o texto correspondente.

Fotografias • Instituto Geográfico Português
Imagens • Isabel Marto Martins

[página principal](#) > [OHP](#) > [Ordens de Mérito Civil](#)
[Ordem do Mérito](#)
[Descrição da insígnia - distintivo e fita](#)

ORDENS DE MÉRITO CIVIL

Ordem do Mérito

Descrição da insígnia

- Distintivo
- Fita
- Banda

Placa

Em forma de cruz (de prata para o comendador e de ouro para o grande-oficial e grã-cruz), com 65mm x 65mm, semelhante à do distintivo da ordem, sendo a coroa de esmalte branco circundada de um festão de louro, de ouro.



- História
- Descrição da insígnia
- Conferir uma ordem
- Lista de agraciados
- Bibliografia

- Ordem do Mérito
- Ordem da Instrução Pública
- Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial

Seleccionar as imagens para ampliar.

Na nova janela, para ver em detalhe as placas em ouro e prata, passar sobre o texto correspondente.

Fotografias • Instituto Geográfico Português
Imagens • Isabel Marto Martins

[página principal](#) > [OHP](#) > [Ordens de Mérito Civil](#)
[Ordem do Mérito](#)
[Descrição da insígnia - placa](#)

CHANCELARIA

Processo de Concessão

A concessão de todos os graus das Ordens Honoríficas Portuguesas é da exclusiva competência do Presidente da República e reveste a forma de alvará ou de decreto presidencial.

A competência do Presidente da República para conferir agraciamentos pode ser exercida:

- por sua iniciativa;
- sob proposta do conselho de Ministros, do Primeiro Ministro, ou dos Ministros, ou
- sob proposta dos conselhos das ordens.

Em qualquer dos casos, as propostas devem ser fundamentadas e remetidas à Chancelaria das Ordens Honoríficas para abertura e instrução do respectivo processo.

Se o parecer do Conselho for favorável, o processo é submetido a despacho do Presidente da República, pelo Secretário-Geral das Ordens. Se o parecer for desfavorável, a Chancelaria das Ordens comunica o facto à entidade proponente, a qual, se resolver manter a proposta, deverá solicitar à Chancelaria que o assunto seja submetido a decisão final, do Presidente da República.

Após a conclusão de todo o processo de concessão, a investidura de qualquer agraciado, depende da assinatura de uma declaração de compromisso de honra de observância da Constituição e da lei, e de respeito pela disciplina das Ordens (cfr. os artigos 34.º e 44.º da Lei Orgânica das Ordens Honoríficas Portuguesas).

O Alvará de concessão é publicado na 2.ª Série do Diário da República, após o que é emitido um Diploma, assinado pelo respectivo Chanceler, que serve de título de investidura.

A investidura poderá ter lugar em cerimónia solene se o Presidente da República assim o determinar, no despacho de concessão.

- Processo de Concessão
- Condecorações Estrangeiras
- Uso de Insígnias
- Lei Orgânica
- Regulamento
- Bibliografia
- Contactos



O Presidente da República pode presidir à investidura solene ou, delegar essa competência num dos Chanceleres das Ordens, num Ministro ou no Embaixador de Portugal onde a cerimónia deva ter lugar.

Geralmente a cerimónia é simplificada fazendo-se apenas a imposição da insígnia, dispensando-se as leituras da proposta e do compromisso de honra do agraciado.

Caso a condecoração seja concedida com palma, a investidura é feita com formação de tropas.

Nas imagens, podemos ver um diploma da Ordem Militar de Cristo e a declaração de Compromisso de Honra. Para ver em detalhe, seleccionar a imagem respectiva.

Senhor Presidente da República

Excelência

Os cidadãos que assinam a presente Petição vêm solicitar a Vossa Excelência se digne tomar a iniciativa de atribuir ao **engenheiro JOÃO BATISTA MENEZES**, que foi investigador principal do Instituto Tecnológico e Nuclear, o grau de *Comendador* de uma das Ordens honoríficas portuguesas, a título póstumo.

Os signatários fundamentam esta sua Petição nos seguintes factos:

1. O engenheiro JOÃO BATISTA MENEZES — nascido em 1933 no Estado de Goa (Índia), onde efectuou os estudos secundários —, frequentou o Instituto Superior Técnico entre 1953 e 1959, onde se licenciou em Engenharia Electrotécnica.

Em 1960, iniciou a sua actividade na Junta de Energia Nuclear (JEN), presidida pelo engenheiro José Frederico Ulrich, fazendo parte da equipa responsável pela operação do Reactor Português de Investigação (RPI), instalado no Laboratório de Física e Engenharia Nucleares (LFEN, Sacavém), dirigido pelo doutor Carlos Madeira Cacho.

2. Como bolseiro da Organização do Tratado do Atlântico do Norte (NATO), ao serviço da JEN, efectuou estudos pós-universitários em França, onde frequentou o Curso de Engenharia Nuclear no Instituto de Ciências e Técnicas Nucleares (1962-1963) e realizou um estágio de especialização em electrónica aplicada ao comando de reactores nucleares no Comissariado de Energia Atómica (CEA) (1963-1965).

3. Em Janeiro de 1966, foi designado para desempenhar as funções de chefe do Grupo de Operação do RPI, era então presidente da JEN o professor engenheiro Francisco da Paula Leite Pinto.
4. Entre 1968 e 1972, o engenheiro João Batista Menezes coordenou o trabalho de uma equipa de seis engenheiros electrotécnicos encarregada da execução do projecto de renovação do sistema de comando do RPI, projecto por ele próprio elaborado.
5. Em resultado de uma reorganização da JEN concluída em 1979, o LFEN foi integrado no Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI), presidido pelo professor doutor José Veiga Simão.

Neste novo enquadramento, o engenheiro João Batista Menezes coordenou, entre 1987 e 1990, os trabalhos de “Modernização do Reactor Português de Investigação”, um projecto de grande envergadura que foi financiado parcialmente pela Agência Internacional de Energia Atómica e em que participou uma numerosa equipa de especialistas de entidades nacionais e estrangeiras: CEA, Belgatom, Mague e Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares (ICEN/LNETI), dirigido pelo doutor Jaime da Costa Oliveira.

6. Em Outubro de 1986, o engenheiro João Batista Menezes foi designado coordenador e orientador das actividades do Departamento de Energia e Engenharia Nucleares (DEEN) do ICEN/LNETI e, em Maio de 1989, foi designado director deste departamento, em comissão de serviço, a qual foi renovada em Maio de 1992.

Em Maio de 1994 — quando a reestruturação do LNETI já tinha dado lugar ao Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI), a cujo conselho directivo presidia o professor doutor Manuel Barata Marques —, o engenheiro João Batista Menezes foi confirmado como director do DEEN,

funções que continuou a desempenhar no Instituto Tecnológico e Nuclear, que sucedeu ao ICEN, até Dezembro de 1995.

7. Em 1992, o professor doutor José Veiga Simão conferiu-lhe o seguinte louvor:

“Ao cessar funções de presidente do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, desejo conceder público testemunho de louvor ao engenheiro João Batista Menezes, director do Departamento de Energia e Engenharia Nucleares, porque, no desempenho das suas altas funções, revelou a mais elevada competência e qualidades pessoais, que soube sempre colocar, com a mais inteira lealdade, ao serviço do LNETI e dos seus objectivos”.

8. Durante mais de trinta anos, o engenheiro João Batista Menezes foi o responsável pelo funcionamento, em condições de segurança, do RPI — uma infra-estrutura técnico-científica única em Portugal, que tem proporcionado inúmeras oportunidades de afirmação, a nível nacional e internacional, por parte da comunidade científica portuguesa, na área das aplicações pacíficas da energia nuclear.

De facto, o RPI tem sido um pólo de desenvolvimento de numerosos projectos de investigação científica com aplicação em múltiplos domínios, como, por exemplo: Agronomia (estudo do melhoramento de plantas por mutação genética; estudos de biologia da mosca da fruta), Ambiente (estudo da radioecologia do rio Tejo; monitorização da poluição atmosférica do País com bioacumuladores; avaliação da contaminação por elementos vestigiais na vizinhança de centrais termoeléctricas), Materiais (estudos de estrutura de materiais com feixes de neutrões; estudo de danos induzidos em componentes electrónicos; estudo de alteração de coloração de gemas; produção de fontes radioactivas para aplicação industrial, nomeadamente para controlo do desgaste do revestimento refractário do convertidor da aciaria da Siderurgia Nacional e para estudo de defeitos induzidos por radiações em metais e ligas metálicas), Nutrição e Saúde (estudo do efeito de elementos vestigiais

essenciais em nutrição e saúde humanas), Recursos Naturais (estudo de fosforites e nódulos de manganésio de montanhas submarinas da margem continental portuguesa), Património Cultural (conservação de rochas graníticas e aplicação aos monumentos megalíticos; caracterização de ânforas achadas em território nacional). Os projectos de investigação fazendo apelo ao RPI envolveram dezenas de instituições nacionais e estrangeiras, e deram lugar a centenas de publicações em revistas especializadas, conferências nacionais e internacionais, ou sob a forma de relatórios técnicos. O desenvolvimento das referidas actividades ilustra o papel ímpar que o RPI tem desempenhado na formação de especialistas (física e engenharia de reactores nucleares, em especial) e na implementação de técnicas experimentais e de cálculo (metrologia das radiações; quantificação de doses absorvidas por amostras irradiadas; técnicas nucleares de análise; validação de modelos de cálculo neutrónico de reactores nucleares). Finalmente, o RPI tem proporcionado acções de formação especializada a muitos estudantes e bolseiros com diversas habilitações escolares, e tem sido o ponto de encontro privilegiado dos milhares de estudantes dos ensinos secundário e superior que o complexo laboratorial de Sacavém tem acolhido (nos últimos 15 anos, visitaram o RPI 19.000 estudantes: 16.700 do ensino secundário e 2.300 do ensino superior).

Este breve balanço do trabalho que tem vindo a ser realizado em Sacavém, tendo como centro o RPI, permite compreender a importância essencial das funções desempenhadas pelo engenheiro João Batista Menezes, sobretudo enquanto responsável principal pela operação segura e continuada do Reactor Português de Investigação.

Assim, no entendimento dos peticionários, o **engenheiro JOÃO BATISTA MENEZES** — goês de nascimento e português de coração, falecido em 25 de Julho de 1997 —, prestou ao País, ao longo de mais de trinta e sete anos de trabalho, exclusivamente em organismos do Estado, distintos e relevantes serviços, com o mais elevado mérito e dedicação, que deverão ser reconhecidos,

salvo melhor critério, como integrando todos os requisitos para atribuição do grau de *Comendador* de uma das Ordens honoríficas portuguesas, a título póstumo.

Lisboa, Fevereiro de 1998

Jm' Vaz Lima

Jm' Naveiro Gae

Canal Jm' Naveiro Banta Naveiro

Jm' Naveiro

Jm' Naveiro

Jm' Naveiro

Jm' Naveiro

Jm' Naveiro

Jm' Naveiro

Jm' Naveiro

Jm' Naveiro

Jm' Naveiro

Jm' Naveiro

Jm' Naveiro

Jm' Naveiro

Antônia Pereira Matos

Hedero Gama Camê

João ~~Matos~~

Suzana da Silva ~~Matos~~

Adriano

Of. ~~Matos~~

Luiz do Espírito Santo

F. Nargace

~~Antônio da Silva~~

Carl Mano do Espírito

Guilherme Amalho Feres

Antônio Teodoro de Góes

João Francisco de Góes

Alfredo José José de Góes

Romão de Góes da Trindade

Antônio

Reinaldo de Góes

José Luís Fernandes

João Paulo

Maria Z Fandora

Maria Inês Rodrigues Rocha de Faria

Maria Isabel Camilo Pereira

Maria Odete de Sousa e Silva dos Santos (Mendes)

Albano Rodrigues da Silva

Vitor Manuel Alves Tomaz

Manuel Roberto Dias

Luiz Carlos B. de Faria

João de Camargo

Isabel Maria Cantano Figueira

Amândio Joaquim de Oliveira Lima

Maria Amélia de C. Espírito Santo de Sousa

Maria Margarida Duarte Sousa de Costa

Helena Ribeiro

Guilherme Tomaz Pereira

Jose Carlos de Jesus Marques

Jose João Carradas da Silva

Adriano Manuel Brás

Jose Henrique da Silva

Art de Aluís Reis
José Guimaraes Fialto Ventura

Francisco Francisco de Almeida

Antônio José Carlos Amaro
Eduardo dos Prazeres Proença Sequeira

João Manuel Nogueira Cabral
José João Costa de Oliveira Dias Sena
Luís Helena Pereira Barros Pereira
Joaquim Manuel do Carmo Pereira
Calixto Pereira

de João Nogueira

Adolfo Correia

~~Antônio da Silva Carranza~~

Maria Inácia Matamoros de Lima Carranza
Manuel Ribeiro Leixão

Graciete Sires Cardoso Rangel

José José de Lira dos Carmos

Aluís Manuel Pereira

Eduardo J. C. de Martinho